



# *Câmara Municipal De Pontal Do Para*

## *Estado do Paraná*

Mensagem Nº 044/2016

Processo: 0409/2016

Anteprojeto de Lei: 043/2016 Decreto: \_\_\_\_\_ Resolução: \_\_\_\_\_

Súmula: "Altera Artigo 6º e cria Parágrafo Único da Lei Municipal 1578/16 REFISPONTAL de 29 de janeiro de 2016".

Iniciativa do: Poder Executivo

Apresentado em: 13/05/2016

OBS.: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

ENCAMINHADA E LIDA NA SESSÃO DO DIA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
EM DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



**CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**  
*Estado do Paraná*

Ofício nº024/2016-11.

Pontal do Paraná, 22 de junho de 2016.

Exmo. Sr.

**EDGAR ROSSI**

DD. Prefeito do Município de Pontal do Paraná.

Solicitante: Câmara Municipal de Pontal do Paraná

Número: 5754/2016-06 Sessão Web 50775

Protocolado em: 22/06/2016 às 08:48:44

Assunto: Encaminhamento de Projeto

Assunto: Informação

Sumula: Encaminhamento de Projeto de Lei nº 24/16 -

Of 24/16 - 11

Senhor Prefeito:

Encaminho à Vossa Excelência, o Projeto de Lei aprovado em Sessão Ordinária no dia 21/06/2016 e autografado por esta Presidência, para providências preceituadas no Artigo 51 da Lei Orgânica do Município.

Sem mais para o momento, antecipamos nossos agradecimentos.

Atenciosamente.

  
**OSEIAS LEAL**  
Presidente



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

## **PROJETO DE LEI N.º 045/16**

**Súmula: "Altera Artigo 6º e cria Parágrafos na Lei Municipal 1578/16 REFISPONTAL de 29 de janeiro de 2016"**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, EM SESSÃO REALIZADA NO DIA 21 DE JUNHO DE 2016, APROVOU E EU PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PROMULGO O SEGUINTE PROJETO DE LEI.**

**Art. 1º.** O Art. 6º da Lei Municipal 1578/16 de 29 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

*"Art. 6º- Tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento ou pagamento em cota única deverá ainda, ser instruído com o comprovante das custas judiciais, diligências, emolumentos, FUNJUS, FUNREJUS e demais despesas, não havendo sobre esses os benefícios desta lei.*

***Parágrafo Primeiro.** Os honorários advocatícios poderão ser parcelados de acordo com esta lei.*

***Parágrafo Segundo.** Os contribuintes cuja a renda mensal for inferior a dois salários mínimos, poderão obter gratuitamente nos honorários nos termos da presente lei.*

**Art. 2º -** O Art. 8º da Lei Municipal passa a vigorar com a seguinte redação

*"Art.8º - O prazo para adesão ao REFISPONTAL será do dia 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.*

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Professor Getúlio Serafim da Nascimento, em 22 de junho de 2016.



**OSEIAS LEAL**  
Presidente



# **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ**

*Estado do Paraná*

## **MINUTA DO PROJETO COM A EMENDA INCLUÍDA**

**Súmula: "Altera Artigo 6º e cria Parágrafo Único da Lei Municipal 1578/16 REFISPONTAL de 29 de janeiro de 2016"**

**Art. 1º.** O Art. 6º da Lei Municipal 1578/16 de 29 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

***"Art. 6º- Tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento ou pagamento em cota única deverá ainda, ser instruído com o comprovante das custas judiciais, diligências, emolumentos, FUNJUS, FUNREJUS e demais despesas, não havendo sobre esses os benefícios desta lei.***

***Parágrafo Primeiro.*** Os honorários advocatícios poderão ser parcelados de acordo com esta lei.

***Parágrafo Segundo.*** Os contribuintes cuja a renda mensal for inferior a dois salários mínimos, poderão obter gratuitamente nos honorários nos termos da presente lei.

**Art. 2º -** O Art. 8º da Lei Municipal passa a vigorar com a seguinte redação

***"Art.8º - O prazo para adesão ao REFISPONTAL será do dia 04 de janeiro a 16 de dezembro de 2016.***

**Art. 3º -** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



## CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

*Estado*

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

Processo nº 0500/2016 Hora: 13:05

Data de Protocolo: 07/06/2016

Interessado: Vereadores

Assunto: Emenda Ad. ao Anteprojeto 043/16



**Proposição**

**Emenda aditiva ao Anteprojeto de Lei nº 043/2016.**

Os Vereadores que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, submete a apreciação do Douto Plenário a seguinte emenda aditiva ao Anteprojeto de Lei 043/2016.

Altera o art. 1 do anteprojeto de lei 043/2016, que passa ter a seguinte redação:

"Art. 1º. O art. 6º da Lei Municipal 1578/16 de 29 de janeiro de 2016 a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. Tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento ou pagamento em cota única deverá ainda, ser instruído com o comprovante das custas judiciais, diligências, emolumentos, FUNJUS, FUNREJUS e demais despesas, não havendo sobre esses os benefícios desta LEI.

Paragrafo Primeiro: Os honorários advocatícios poderão ser parcelados de acordo com esta lei.

Paragrafo Segundo: Os contribuintes cuja a renda mensal for inferior a dois salários mínimos, poderão obter gratuidade nos honorários nos termos da presente lei.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2016.



# CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

*Estado do Paraná*

## Proposição

Emenda aditiva ao Anteprojeto de Lei nº 043/2016.

Os Vereadores que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, submete a apreciação do Douto Plenário a seguinte emenda aditiva ao Anteprojeto de Lei 043/2016.

Acrescenta-se o artigo 2º ao anteprojeto de lei 043/2016, alterando o existe para o artigo 3º.

Art. 2º O Art. 8º da Lei Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art.8º"**

**O prazo para adesão ao REFISPONTAL será do dia 04 de janeiro a 16 de Dezembro de 2016.**

Sala das Sessões, em 25 de maio de 2016.

*Priscila*  
  
*Rosilene Martins*  
  
*Jeremias*

  
*Rosilene Martins*  
  
  

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ	
Processo nº 0432/2016 Horn 10-40	
Data de Protocolo: 30.05.2016	
Interessado: Vereadores	
Assunto: Emenda Ad. ao Anteprojeto 043-16	



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

Ofício nº. 107/2016 – GAB


Pontal do Paraná, 12 de maio de 2016.

**Assunto: Encaminha Mensagem nº 044/2016**

Conforme preceitua o **Artigo 67 inciso XIII da Lei Orgânica do Município**, vimos através deste, respeitosamente, solicitar que seja apreciada a **Mensagem nº 044/2016**, acompanhada do Projeto de Lei que **"Altera Artigo 6º e cria Parágrafo Único da Lei Municipal 1578/16 REFISPONTAL de 29 de janeiro de 2016"**

Aproveitamos a oportunidade para externar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

  
**EDGAR ROSSI**  
**PREFEITO**

<b>CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ</b>	
Processo nº: 0409/2016 Hora: 16:11	
Data de Protocolo: 13-05-2016	
Interessado: Poder Executivo	
Assunto: Mensagem nº 044/2016 - GAB	

Excelentíssimo Senhor

**OSÉAS LEAL**

Presidente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**MENSAGEM Nº 044/2016**

Excelentíssimo Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:

Segue à apreciação dessa Colenda Câmara Municipal projeto de lei que **"Altera Art. 6º e cria Parágrafo Único da Lei Municipal 1578/16 REFISPONTAL de 29 de Janeiro de 2016"**, a fim de que seja analisado e votado pelos Nobres Edis desta Casa de Leis.

O presente projeto de lei se dá pelo fato de que os valores recolhidos a título de honorários integram recursos públicos de títulos do município, uma vez que não há repasse aos procuradores. Desta forma o parcelamento dos honorários será um benefício aos munícipes e facilitará o pagamento das dívidas, incrementando a arrecadação municipal.

Diante do exposto e certos da importância do projeto de lei, solicitamos que seja apreciado por essa Casa Legislativa, aprovado e, na oportunidade, reiteramos nossos protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

  
**EDGAR ROSSI**  
**PREFEITO**





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ  
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI

Súmula: "Altera Artigo 6º e cria Parágrafo Único da Lei Municipal 1578/16 REFISPONTAL de 29 de janeiro de 2016"

Art. 1º. O Art. 6º da Lei Municipal 1578/16 de 29 de janeiro de 2016 passa a vigorar com a seguinte redação:

**"Art. 6º.**


*Tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento ou pagamento em cota única deverá ainda, ser instruído com o comprovante do pagamento das custas judiciais, diligências, emolumentos, FUNJUS, FUNREJUS e demais despesas, não havendo sobre esses os benefícios desta lei.*

*Parágrafo único. Os honorários advocatícios poderão ser parcelados de acordo com esta lei. "*

• Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 12 de maio de 2016.

  
EDGAR ROSSI  
Prefeito

  
RENAN DE OLIVEIRA SANTOS  
Procurador Geral



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº. 1578 DE 29 DE JANEIRO DE 2016.**

**Súmula: "Institui o Programa de Recuperação Fiscal de Pontal do Paraná - REFISPONTAL."**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º.** Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Pontal do Paraná - REFISPONTAL, destinado a promover o recebimento de débitos relativos aos créditos tributários e/ou não tributários municipais devidos até 31 de dezembro de 2015, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não de Pessoas Físicas e Jurídicas.

**Art. 2º.** A adesão ao REFISPONTAL, mediante a emissão e assinatura do "Termo de Opção e Confissão de Dívida - REFISPONTAL", dar-se-á por opção do contribuinte ou do responsável tributário, condicionada à quitação dos débitos referentes ao exercício financeiro de 2016, vencidos até a data da adesão, e implica:

- I - na confissão irrevogável e irretratável dos débitos;
- II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já eventualmente interpostos;
- III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas.

**Art. 3º.** Os débitos existentes em nome do contribuinte ou do responsável tributário, serão consolidados segundo a natureza do débito, tendo por base a formalização do pedido de opção e adesão ao REFISPONTAL.

**Parágrafo único.** A consolidação abrangerá os débitos a que se refere o Art. 1º, desta Lei, existentes em nome do contribuinte ou do responsável tributário inclusive com os acréscimos determinados pela legislação até a data do parcelamento.

**Art. 4º.** Os valores devidos pelos contribuintes, referentes aos débitos abrangidos pelo REFISPONTAL podem ser quitados em quota única ou em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a uma UFM.

**§ 1º.** Ao contribuinte que quitar os débitos em quota única, será concedida a redução de 100% (cem por cento) exclusivamente sobre os valores referentes à multa e aos juros de mora.



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**§ 2º.** Para a quitação dos débitos mediante parcelamento em até 36 (trinta e seis) parcelas, serão concedidas as reduções exclusivamente sobre os valores referentes à multa e aos juros de mora.

I – Redução de 90% (noventa por cento), para pagamento em até 4 (quatro) parcelas inclusive;

II – Redução de 80% (oitenta por cento), para pagamento em até 8 (oito) parcelas inclusive;

III – Redução de 70% (setenta por cento), para pagamento em até 12 (doze) parcelas inclusive;

IV – Redução de 60% (sessenta por cento), para pagamento em até 16 (dezesseis) parcelas inclusive;

V – Redução de 50% (cinquenta por cento), para pagamento em até 20 (vinte) parcelas inclusive;

VI – Redução de 40% (quarenta por cento), para pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas inclusive;

VII – Redução de 30% (trinta por cento), para pagamento em até 28 (vinte e oito) parcelas inclusive;

VIII – Redução de 20% (vinte por cento), para pagamento em até 32 (trinta e dois) parcelas inclusive;

IX – Redução de 10% (dez por cento), para pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas inclusive.

**Art. 5º.** Os valores constantes do "Termo de Opção e Confissão de Dívida – REFISPONTAL" deverão ser pagos exclusivamente através do Documento de Arrecadação Municipal e a comprovação do recolhimento dar-se-á pelo crédito em conta corrente do Poder Executivo Municipal.

**Parágrafo único.** O pagamento da quota única ou da primeira parcela deve ser efetuado até o primeiro dia útil seguinte contados da data do deferimento do pedido de opção e adesão ao REFISPONTAL.

**Art. 6º.** Tratando-se de débito inscrito em dívida ativa, ajuizado para cobrança executiva, o pedido de parcelamento ou pagamento em quota única deverá, ainda, ser instruído com o comprovante do pagamento das custas judiciais, diligências, emolumentos, FUNJUS, FUNREJUS, demais despesas e dos honorários advocatícios, não havendo sobre esses os benefícios desta lei, extinguindo-se ou suspendendo-se a execução, por solicitação da Procuradoria Geral do Município, até a quitação do parcelamento.

**Art. 7º** - O parcelamento dos débitos abrangidos pelo REFISPONTAL será revogado:

I - pelo atraso no pagamento de qualquer das parcelas em período superior a 60 (sessenta) dias contados da data do seu vencimento, sendo necessário para regularizar o atraso, o pagamento de juros de mora.